

EDUCAÇÃO E CANDOMBLÉ: uma questão política e de conhecimento humano.

Por Luiz Fernandes de Oliveira¹

Poderíamos começar este texto falando de como o Brasil é rico em sua diversidade cultural e religiosa com a contribuição de diversos povos (africanos, índios nativos e europeus). Entretanto, neste texto vamos falar de uma especificidade brasileira que tem raiz no continente africano, ou seja, o Candomblé, expressão de uma religiosidade que tem presença em todo o território nacional.

O tom desse diálogo que queremos estabelecer não é somente no sentido religioso ou no de sua liturgia ou de suas mitologias, mas, sobretudo, na sua relevância política e do significado que esta expressão tem para o conhecimento humano, assim como todas as expressões de religiosidade têm. E para começar a falar de Candomblé é necessário visitar as origens e os primórdios do Homo sapiens.

Não há nenhuma dúvida científica de que o continente africano é o berço da civilização humana. Vários estudos arqueológicos demonstraram que a história das civilizações africanas se perde na noite dos tempos como as mais antigas do mundo. Os primeiros homens e mulheres, tal como somos hoje, aparecem por volta de 130.000 anos a.C. Eram negros e negras, ou seja, 90.000 anos antes do Homo sapiens branco surgir na Europa. Afirmam os arqueólogos que estes últimos surgiram de correntes migratórias vindas da África.

As raízes da humanidade são negro-africanas. Mas, os homens e as mulheres espalhadas pelo mundo de hoje acreditam em muitas coisas. Contam muitas histórias sobre a origem humana. E muitas dessas histórias serviram para confraternizar com outros povos ou serviram para oprimir ou matar outros seres humanos. Existem milhares de histórias e mitologias sobre a origem da humanidade, expressas nas variadas formas de religião.

Uma parte de nossa história brasileira começa na África. Os Africanos escravizados trouxeram tecnologias, culturas, filosofias, histórias e jeitos próprios de lidar com a vida. E, apesar do terror da escravidão, trouxeram tecnologias metalúrgicas, extração de minérios, técnicas de agricultura e possuíam formas de organização social muito complexas. Vejamos alguns exemplos.

¹ Doutor em Educação pela PUC - Rio, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC/UFRRJ e da Licenciatura em Educação do Campo. Militante do Instituto Búzios, membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas -GPMC e Ogã do Ilê Axé IyáNassôOká Ilê Osum.

Um dos últimos registros históricos acerca da capacidade civilizacional dos africanos foi divulgado por Alberto Costa e Silva (1996) o qual relata que várias civilizações, além do Império do Mali, Reino da Núbia e civilizações da costa oriental da África, tiveram contatos com a Índia e a China, através do comércio marítimo.

Costa e Silva (1996) cita, por exemplo, os reinos e impérios de Gana (século VI ao XIII), Napata e Méroe (sul do Egito na época dos Faraós) que conheciam as técnicas de metalurgia, as armas de ferro, espadas de bronze, criação de gado, a enxada, pequenas indústrias têxteis, comercializavam bijuterias, perfumes e panos de algodão, fundição do ferro, plantação do arroz, etc. O Império do Mali, por exemplo, conhecia as estruturas de Estado com reis ou governantes. Existiam grandes cidades-estados como Pemba, Zamzibar, Quiloa, todas na África oriental.

Nossa juventude em idade escolar, assim como grande parte de nossa geração de historiadores e sociólogos, jamais soube desta outra história, pelo contrário, o que é representado nos mapas históricos escolares, por exemplo, é que o mundo conhecido até 1490 se restringia à Europa, parte da Ásia, o Egito e o deserto do Saara. Essas regiões são apresentadas, em diversos atlas geográficos, iluminadas, em cores claras e o resto do mundo na escuridão, desconhecido, sem história, sem homens de carne e osso e, quando foram “descobertos”, eram “animistas”, “sem lei e sem governo”, “sem fé”, muito semelhante aos macacos.

Portanto, já de início podemos afirmar que, ao contrário das ideologias racistas que apresentam a África como primitiva e estagnada, ela, na verdade, era tão avançada em valores e tecnologia quanto a europeia, quando os portugueses ali chegaram no século XV. Após a invasão europeia, a civilização branca, de forma hipócrita, se proclamou inventora de tecnologia que os africanos haviam utilizado através dos séculos. Técnicas de metalurgia, plantio, colheita, comércio e navegação. Sem mencionarmos ainda elaborações religiosas, filosóficas, científicas e de dimensão estética. Alguns outros exemplos de relatos sobre algumas civilizações podem nos demonstrar o que afirmamos.

Ao sul do Egito, no começo do Rio Nilo, numa região chamada Núbia, desenvolveu-se a civilização Kush. Seu apogeu se deu por volta de 1700 a.C.. A capital era a cidade de Kerma. O povo núbio tinha a pele negra bem escura e recebeu muita influência da cultura egípcia. Os túmulos de seus reis (que chegavam a 90 metros de altura) tinham câmaras maiores do que qualquer pirâmide egípcia.

A riqueza de Kerma provinha das abundantes minas de ouro, das peles de animais e do marfim. Os tesouros excitaram a cobiça dos egípcios que invadiram o reino. Mas o domínio egípcio não destruiu a cultura Kushita. Os aristocratas núbios continuaram ricos, embora pagando impostos ao Estado Egípcio. Seus filhos iam estudar no Egito e alguns se tornaram importantes funcionários do faraó.

Por volta de 900 a. C., os núbios voltaram a criar um reino negro autônomo. Agora a capital era a cidade de Napata. Os napotanos, também negros, faziam túmulos em forma de pirâmides e tinham uma escrita com seus próprios hieróglifos.

Outra civilização importante foi o Reino de Gana. Os antigos Árabes chamavam de Sudão, uma região africana que fica entre o Sahel e a floresta tropical, na costa do atlântico. Tratava-se de um bom lugar para viver, com água suficiente para plantar e jazidas de minério de ferro. Por volta do século VIII de nossa era, floresceu o importante Reino de Gana.

Os Árabes contavam que Gana era tão rica que, no palácio do rei, os cachorros tinham coleiras de ouro. Na capital, existiam casas de pedras de dois andares, onde moravam os nobres e altos funcionários do Estado. Os mais pobres viviam em cabanas de terra cobertas de palha.

Outra civilização é a dos Hauças que começou a ser construída por volta do século XI, no Sudão central. Eles eram diversos povos que falavam uma língua semelhante. Viviam em cidades-estados localizadas no centro e no noroeste de onde hoje está a Nigéria.

O artesanato era sua principal atividade, de alta qualidade, vendido até no norte da África: tecidos bordados com seda importada dos árabes, sandálias de couro, objetos de ferro e ouro. Habitados ao comércio internacional, os hauças aceitavam conviver com pessoas de outras nações. Na cidade de Katsena, por exemplo, havia um bairro só de estrangeiros.

Essa história invisibilizada por muitos anos, também é rica culturalmente. Para muitas sociedades negro-africanas, o ser humano e os outros seres que constituem o universo possuem uma dimensão sagrada, pois possuem elementos e substâncias concretizadas nas forças cósmicas sobrenaturais que regem o universo. A criação do mundo e dos homens que nele estão resulta da vontade dos Deuses supremos. Por isso todos devem zelar para que, de forma harmoniosa, o universo se expanda e o mundo nunca acabe.

Alguns desses povos africanos trouxeram ao Brasil essas visões de mundo, ou cosmologias, sendo que uma delas se expressa hoje naquilo que conhecemos como Candomblé e outras religiosidades de vários nomes como: Xangô, Tambor de mina, Umbanda, dentre outras. Essas expressões se constituem como verdadeiras invenções políticas e culturais num território em que o africano escravizado tinha que resistir ao terror da escravidão.

Aos africanos, desprovidos de um território físico, restou a possibilidade de se reterritorializar na diáspora através de um patrimônio (memória cultural africana) simbólico. As diversas formas de reelaboração africana, seja mítica, simbólica ou cultural, adquiriram contornos claramente políticos diante das pressões, de todo o tipo, exercidas contra a comunidade negra. Eles construíram espaços, ao longo da História do Brasil, que representaram recursos de sobrevivência grupal e comunitária, com modos inovadores de organização social, como foram os casos das irmandades religiosas, os terreiros de candomblé ou os quilombos. Para os africanos na diáspora, valorizar a África e uma pureza (um padrão ritualístico original), era uma tática de uma identidade, pois nos espaços da sociedade branca, ele era coisa, mercadoria, semovente.

Entretanto, a construção destes espaços não se afirmou somente através de soluções radicais, expressas no embate aberto contra a ordem branca (revoltas, guerrilhas, insurreições, etc.), mas, fundamentalmente, com táticas visando a disputa de espaços, visão de mundo e de afirmação existencial. E o Candomblé foi um desses espaços, uma invenção brasileira, diversa do que existia nas regiões ocidentais da África antiga (dos povos Yorubás) e na parte das regiões que hoje são Angola e Moçambique, de onde provieram os povos Bantos.

O fenômeno da religiosidade de matriz africana é uma das dimensões em que também se expressa o racismo no Brasil, entretanto, é também onde a resistência negra demonstrou uma capacidade de afirmação de identidades civilizatórias surpreendente.

O Candomblé, por exemplo, refere-se ao ser humano em sua totalidade existencial na qual espírito e matéria não se dissociam. É uma cosmovisão em que tudo interage e tem ligação, em que nada pode ser isolado da vida. O Candomblé é fundamentalmente um culto à cabeça, voltado para o desenvolvimento pleno da pessoa. É autoconhecimento. Mas a ideologia dominante não educa nesta perspectiva. O Borí (alimentar a cabeça) é um ritual importante que significa o desenvolvimento do Axé, além de alimentar as próprias energias. Axé é a força vital que move o mundo. Desenvolver o Axé significa, sobretudo, pensar em coletividade, contrapondo-se à visão dominante que prega o individualismo e a competição.

Os iniciados no Candomblé são a extensão da família africana no Brasil. É uma religiosidade iniciática. Na iniciação, passa-se a fazer parte desta família que, na sua concepção, é extensiva, não tem preconceito, propiciando a construção de uma identidade que pode ser partilhada por negros e brancos de qualquer origem e, pelo processo iniciático, todos se tornam irmãos, ao introjetar os mesmos padrões simbólicos.

Os terreiros representam espaços de liberdade, territórios não institucionalizados pela lógica sociocultural dominante. São comunidades que tomam a forma simbólica africana, mantendo vários aspectos das culturas Nagô, Banto e de outros povos africanos com o culto aos Orixás (forças da natureza) e o culto dos Eguns (antepassados). No Brasil, esta estrutura foi sintetizada e reelaborada.

Um dos objetivos das comunidades de terreiro é fazer crescer o Axé da comunidade e de cada indivíduo. Axé também é força vital que emana dos Orixás e que liga tudo a todos – homem, natureza, coisas, relações, onde se faz necessário construir a harmonia entre tudo e todos, não existindo o bem contraposto ao mal ou vice-versa. Ou a comunidade faz crescer o Axé, ou a comunidade não se desenvolve. Isso é uma filosofia de vida, um modo de se relacionar com o mundo, típico de muitas culturas e sociedades milenares africanas, muito anteriores ao Judaísmo, ao Cristianismo e ao Islamismo.

Mas, o que a educação tem a ver com tudo isso?

Atualmente, no Brasil, temos uma legislação que obriga a contar essas histórias. A Lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de histórias e culturas africanas e afro-brasileiras em todos os sistemas de ensino (escolas e universidades). Como vimos anteriormente, contar e analisar estas histórias não significa pensar

somente em aspectos sociais, econômicos, culturais, dentre outros, separados da religiosidade. Mas, infelizmente, quando muitos professores tentam aplicar esta legislação, eles esbarram com preconceitos e têm que enfrentar o racismo, pois muitas questões de estudo dos africanos e afro-brasileiros são identificados como coisas do mal, que não prestam ou são demoníacas. Portanto, como afirmamos no título deste texto, olhar e analisar o Candomblé significa, fundamentalmente, que devemos considerá-lo como uma questão política (combate ao racismo) e de conhecimento (análise histórica) e não apenas nos seus aspectos religiosos.

REFERÊNCIAS

- COSTA E SILVA, A. A Enxada e a Lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
FERNANDES, A. P. C.; ROBERTO, J. de A. L. e OLIVEIRA, L. F. (Orgs.). Educação e Axé: uma perspectiva intercultural na educação. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2015.